

# O CURSO DE GEOGRAFIA FÍSICA DE IMMANUEL KANT (1724-1804): COSMOLOGIA E ESTÉTICA NA CONSTRUÇÃO EPISTEMOLÓGICA DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

## *The Physical Geography course of Immanuel Kant (1724-1804): the contribution for the geographical science history and the epistemology*

Alexandre Domingues RIBAS<sup>1</sup>.

Antonio Carlos VITTE<sup>2</sup>.

### RESUMO

Há um *relativo* depauperamento no tocante ao nosso conhecimento a respeito da relação entre a filosofia kantiana e a constituição da geografia *moderna* e, consequentemente, *científica*. Esta relação, quando abordada, o é - vezes sem conta - de modo *oblíquo* ou *tangencial*, isto é, ela resta quase que exclusivamente confinada ao ato de noticiar que Kant ofereceu, por aproximadamente quatro décadas,  *cursos de "Geografia Física"* em Königsberg, ou, que ele foi o primeiro filósofo a inserir esta disciplina na Universidade, antes mesmo da criação da cátedra de Geografia em Berlim, em 1820, por Karl Ritter. Não ultrapassar a pueril divulgação deste ato em si mesma só nos faz *jogar uma cortina* sobre a ausência de um discernimento maior acerca do tributo de Kant à fundamentação epistêmica da geografia *moderna* e *científica*. Abrir uma *frincha* nesta *cortina* denota, necessariamente, elucidar o papel e o lugar do "Curso de Geografia Física" no *corpus* da filosofia transcendental kantiana. Assim sendo, partimos da conjectura de que a "Geografia Física" continuamente se mostrou, a Kant, como um *conhecimento* portador de um desmedido sentido *filosófico*, já que ela lhe denotava a própria possibilidade de *empirização* de sua *filosofia*. Logo, a "Geografia Física" seria, para Kant, o embasamento *empírico* de suas reflexões filosóficas, pois ela lhe comunicava a *empiricidade* da *invenção* do mundo; ela lhe outorgava a construção *metafísica* da "superfície da Terra". Destarte, da mesma maneira que a Geografia, em sua *superfície* geral, conferiu uma espécie de atributo científico à validação do *empírico* da Modernidade (desde os idos do século XVI), a "Geografia Física" apresentou-se como o sustentáculo *empírico* da reflexão filosófica kantiana acerca da "metafísica da natureza" e da "metafísica do mundo".

**Palavras-chave:** Cosmologia; Filosofia Transcendental Kantiana; Geografia Física.

### ABSTRACT

There is a *relative* weakness about our knowledge concerning Kant philosophy and the constitution of the *modern* geography and, consequently, the *scientific* one. That relation, whenever studied, happens – many times – in an *oblique* or *tangential* way, this means that it lies almost exclusively confined in the *act* of notifying what Kant offered, for approximately four decades, "*Physical Geography*" courses in Königsberg, or, that he was the first philosopher teaching the subject at any College, even before the creation of Geography chair in Berlin, in 1820, by Karl Ritter. Not overcoming the early spread of that *act* itself only made us *throw a curtain* over the absence of a major understanding about Kant's tribute to epistemic justification of *modern and scientific* geography. To open a *breach* in this *curtain* indicates to lighten the *role* and *place* of "*Physical Geography Course*" in the Kantian transcendental philosophy. So, we began from the assumption that the "*Physical Geography*" has always shown for Kant as a *knowledge* carrier of an unmeasured *philosophic* sense, once it showed the possibility of *empiricization* of his philosophy. Therefore, a "*Physical Geography*" would be, for Kant, the *empiric* basis of his philosophic thoughts, because it communicates the *empirics* of the world *invention*; it made him build *metaphysically* the "*Earth's surface*". Likewise Geography, in its general *surface*, has given a particular tribute to the *empiric* validation of Modernity (since the XVI century), the "*Physical Geography*" introduced itself as an *empiric* basis to Kantian philosophical reflection about "nature's metaphysics" and the "world metaphysics" as well.

**Keywords:** Cosmology; Kantian Transcendental Philosophy; Physical Geography.

<sup>1</sup> Doutorando em geografia, Instituto de Geociências, Unicamp, CP 6152, Campinas (SP), CEP 13087-970. E-mail: ribasalex4@hotmail.com.

<sup>2</sup> Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociência, Unicamp. CP 6152, Campinas (SP) CEP 13087-970. E-mail: vitte@uol.com.br. Pesquisador CNPq

## **AS “IDEIAS COSMOLÓGICAS”, O “CURSO DE GEOGRAFIA FÍSICA” E SEUS RESPECTIVOS LUGARES NO ITINERÁRIO DA FILOSOFIA KANTIANA: TRÊS PROPOSIÇÕES PRIMACIAIS**

Ficam em completa claudicação aqueles que imputam ao itinerário da filosofia kantiana uma uniformidade, ou, uma invariabilidade. Renunciando, em absoluto, a qualquer pretensão de pôr em dúvida a inflexível preocupação de Immanuel Kant com o caráter sistemático de sua filosofia (ou então, de desconfiar da conformidade imanente a esta última), assentimo-nos assegurar que poucos *nobres espíritos* demonstraram – se confrontados com o filósofo de Königsberg – tamanha genialidade e intrepidez em reinventar-se a si mesmo, isto é, em revolucionar suas próprias ideias, alargando-as, re-significando-as e aprofundando-as tomando como pujança a plasticidade, a amplidão e a fertilidade do âmagio crítico que as abalizam.

Há, desse modo – perdoe-nos o provável uso impróprio do conceito<sup>3</sup> – rugosidades (isto é, marcas amoldadas pela coexistência e/ou sucessão de ocasiões de continuidades-descontinuidades; interrupções-ininterrupções; rupturas-manutenções-revoluções; saltos teóricos lineares-refluxo a fontes anteriores) no decurso de realização da filosofia kantiana. Por essa razão, incidiria em malogro a aspiração de encaixilhar o itinerário intelectual de Kant em uma taxonomia, pois a complexidade de seu sistema crítico extrapola a toda e qualquer improfícua vontade classificatória<sup>4</sup>.

Atingimos, assim, a primeira “proposição primacial” dessa nossa exposição: *a realização da filosofia kantiana manifesta-se, em seu itinerário, como um*

*processo não uniforme, não invariável e, consequentemente, assinalado por rugosidades, apesar (ou, talvez, justamente por causa) de seu caráter sistemático.*

Adentrando nos temas do sistema filosófico kantiano, encontramos – junto a tantos outros desassossegos que afligiam essa mente ímpar – uma firme outorga de Kant às ideias de ordem propriamente cosmológica. Desse modo, a “*problemática cosmológica*” (ou seja, a questão em torno da *metafísica do mundo*) fez – assiduamente – companhia ao nosso filósofo no decurso da realização de sua empresa intelectual e, entre outras coisas, o governou a acossar o arranjo de um *sistema cosmológico*.

Essa pretensão em edificar um *sistema cosmológico* revela-se, pela primeira vez de forma sistematizada, em sua obra *História Geral da Natureza e Teoria do Céu*, publicada em 1755<sup>5</sup>. O interesse inicial de Kant pelas ideias cosmológicas parece ter sido despertado pelo *largo e intenso* debate filosófico que se *içou* em torno da *metafísica do mundo* (de modo especial, pela alteração – gerida, sobretudo por Leibniz e Wolff – diante do processo de *laicização* da investigação cosmológica e, por conseguinte, do *mecanicismo cartesiano* e da *filosofia natural* de Newton), e também, pela ocorrência, em 1755, do Terremoto de Lisboa<sup>6</sup> (que fez ferver – em solo europeu – a contenda a respeito da ordem e da finalidade da natureza).

Todavia, intrujam-se aqueles que abreviam o interesse de Kant pelas ideias cosmológicas ao seu *escrito* de 1755<sup>7</sup>. Na verdade, o motivo cosmológico persiste na extensão de todo o itinerário filosófico kantiano (CLAVIER, 1997). Para autenticar essa afirmativa basta grifarmos que já em 1747, em sua obra *Pensamento sobre a verdadeira estimação das forças*

3 Esse provável uso impróprio, de certo modo, não nos preocupa! Como assevera Schiller (1989), o *entendimento*, vezes sem conta, reduz o *mundo* a uma aparência fugaz, e, para assim tratá-lo, tem que fixá-lo aos grilhões da regra, que descarnar seu belo corpo em conceitos e conservar seu espírito vivo numa precária carcaça verbal!

4 Para validar tal *ideia*, salientamos, por exemplo, a relação filosófica de Kant com G. W. Leibniz (1646-1717). Não há dúvidas que Kant – por vezes, via Christian Wolff (1679-1754) – fez de Leibniz sua principal *fonte* inspiradora nos seus *primeiros* escritos (em sua denominada fase precrítica). O mesmo Leibniz parece – na *Dissertação de 1770* e, sobretudo, na *Crítica da Razão Pura* (1781) e nos *Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza* (1786) – lançado aos *escombros* quando da adesão de Kant a Isaac Newton (1642-1727) e à sua *metodologia*. Não obstante, eis que na *Crítica da Faculdade do Juízo* (1790), o *velho* Leibniz ressurgiu como fundamento – em Kant – para uma abordagem *dinâmica* da natureza em oposição à tese da *imutabilidade* da natureza de base newtoniana.

5 Nessa obra, Kant se propõe, essencialmente, a descobrir “[...] o sistema (*das Systematische*) que reúne os grandes membros da criação em toda a extensão da infinidade” (KANT, 1984, p. 65, tradução nossa) e a fazer derivar “[...] das leis mecânicas, a formação dos próprios corpos celestes e a origem de seus movimentos do primeiro estado da natureza [...]” (KANT, 1984, p. 65, tradução nossa).

6 Esse episódio abalou, profundamente, a mentalidade europeia da época. A conjectura do “melhor dos mundos possíveis”, que exaltava o otimismo saído da filosofia de Leibniz, parecia ruir com a própria cidade de Lisboa e Voltaire – em seu *Cândido ou o Otimismo* –, ironicamente, proclamou sua falência. A natureza tem um fim? Ela possui uma ordem? Será o homem apenas o produto casual e temporário de uma natureza cega e sem propósito, tão-somente um espectador irrelevante de seus feitos, um intruso em seus domínios (BURTT, 1983)? Cabe algum lugar ao homem na teleologia cósmica? Indagações como estas viraram lugar comum entre os pensadores europeus da época e Kant não escapou a elas! Além disso, esse acontecimento, entre outros aspectos, explica a adesão de Kant às lições de “Geografia Física”, que ele passara a oferecer, em Königsberg, a partir de 1756.

7 Estamos, obviamente, nos remetendo à obra *História Geral da Natureza e Teoria do Céu*.

vivas<sup>8</sup>, Kant trata, mesmo que indiretamente, do *objeto* cosmológico. Em sua célebre *Dissertação de 1770*, nosso filósofo re-significa a *problemática* cosmológica, transmutando o sentido do conceito de mundo. Em 1781, sua sublime *Crítica da Razão Pura* praticamente desautoriza a razão cosmológica, sepultando-a ao lado das fantasiosas pretensões da metafísica clássica<sup>9</sup>. Contudo, o motivo cosmológico ressurgiu e se revolucionou na Terceira Crítica de 1790, mediante a ideia de *sistema*, de *organicismo* da natureza, de *juízo estético* e de *juízo teleológico*<sup>10</sup>.

Assentimo-nos, assim, ostentar a segunda “proposição primacial” dessa nossa *exposição*: *há uma declarada persistência do motivo cosmológico em toda a extensão da filosofia kantiana*. E mais: *o tratamento outorgado por Kant, em suas principais obras, às ideias cosmológicas espargue re-significações; variações; liames; continuidades-descontinuidades; interrupções-ininterrupções; rupturas-permanências*. E essa exasperada re-significação das ideias cosmológicas em Kant espelha, indiscutivelmente, a não uniformidade e as rugosidades imanentes à sua filosofia.

As duas primeiras “proposições primaciais” até aqui oferecidas exprimem uma afinidade ingênita entre si: a) a *filosofia kantiana* (mesmo sendo *sistemática*) *está longe de ser uniforme em seu decurso*; ao contrário, *ela manifesta-se em notórias rugosidades*; b) o *motivo cosmológico persiste em toda a extensão desta filosofia* e, *espelhando sua compleição, também se realiza de modo não uniforme*.

Há um verdadeiro *deslocamento de sentido* do conceito de mundo ao longo do decurso das ideias cosmológicas de Kant (CLAVIER, 1997). Esse continuado inclinar de Kant sobre o “conceito de mundo”

e, consequentemente, sobre a possibilidade (ou não) de uma “metafísica do mundo”, declara – incontavelmente – o seu resolutivo *comprometimento* com a *construção metafísica* da “superfície da Terra”. Portanto, não foi por uma mera casualidade que Kant dedicou-se, tenazmente, à “*Geografia Física*”, ministrando-a, na forma de *Curso*, por quase quatro décadas na cidade de Königsberg. Assim como também não foi uma pueril eventualidade o fato de ele ter autorizado – no rematar de sua vida – a publicação de algumas notas deste seu *Curso*, em 1802.

Desse modo, mais do que um *Curso* ministrado para atender tão somente a uma obrigação profissional ou financeira, ou então, para experimentar (e manifestar) seu gênio universal e enciclopédico, a “*Geografia Física*” – ininterruptamente – se mostrou, a Kant, como um conhecimento provido de uma desmedida significação metafísica, já que ela lhe sugeria a própria possibilidade de *empirização* de sua *filosofia*. Consequentemente, seria um profundo desacerto desprender os estudos geográficos de Kant dos conteúdos e das intenções de seu sistema filosófico.

Encontramo-nos, então, ante a terceira “proposição primacial” que estreia essa nossa *exposição*: a “*Geografia Física*” (*Curso professorado por Kant durante quase quatro décadas e que, em 1802, foi editado por Th. Rink na forma de Livro*) espelha (no sentido de ser um produto) as re-significações experimentadas pelas ideias cosmológicas no trajeto da realização da *filosofia transcendental kantiana*. Ao mesmo tempo, ela, a “*Geografia Física*”, atua como uma espécie de força geratriz destas re-significações sofridas pela *cosmologia kantiana*, quando denuncia, aos olhos do filósofo de Königsberg, a *empiricidade* (e a *heterogeneidade*)

8 Nessa obra, segundo Clavier (1997), instigado pela questão “Que é preciso para fazer um mundo?” – questão esta, inclusive, que atravessa todo seu empreendimento intelectual – Kant constrói os conceitos de *espaço*, de *lugar* e de *extensão*, a partir da *matéria* e do *movimento*.

9 Na *Crítica da Razão Pura*, Kant afirma que abranger o mundo enquanto uma *totalidade absoluta em si* não passa de uma ambição nula da metafísica. Tal *cobiça* seria *engravada* de uma contradição da *razão especulativa* consigo mesma, quando esta ousa exceder os limites da *experiência*. Se não podemos conhecer um *objeto* como *coisa em si*, mas apenas um *objeto* cuja *intuição* correspondente ao conceito pode nos ser dada, portanto, como *fenômeno* (*objeto da intuição sensível*), logo, pretender apreender a *alma*, *Deus* e o *mundo* (como *totalidade absoluta*) é um *ato sem préstimo*, pois esses *objetos* não podem nos ser dados numa *intuição*. Essa contradição da *razão* consigo mesma, *denunciada* por Kant pelo mecanismo da Antinomia, neutraliza, consequentemente, quaisquer produções cosmológicas. Desse modo, em sua *Primeira Crítica*, Kant declara “[...] fora de uso os conceitos metafísicos relativos ao mundo” (CLAVIER, 1997, p. 7, tradução nossa) e, com isso, ele “[...] mandou os conceitos cosmológicos ao cemitério das hipóteses metafísicas” (CLAVIER, 1997, p. 8, tradução nossa).

10 Apesar de enviar, em sua *Primeira Crítica*, as produções cosmológicas ao *cemitério das hipóteses metafísicas*, Kant mantém uma abalizada *persistência* em seu *projeto cosmológico*. Clavier (1997), afirma que, já no *Apêndice à dialética transcendental*, Kant reconhece que a *razão teórica* pode encontrar um bom uso nas *ideias* cosmológicas, ao propor “[...] ao entendimento um fio diretor no exame da natureza” (p. 10, tradução nossa). A *razão* pode, com as *ideias* cosmológicas, detectar uma lei de *unidade sistemática* de todos os fenômenos. Portanto, Kant não *abandona*, em momento algum de seu *itinerário* filosófico, o interesse pela “unidade do todo do mundo”. Tanto é que a *força* das Antinomias não *abortou* sua persistência pela “razão cosmológica” (CLAVIER, 1997). Isso se revela, por exemplo, em 1785, quando ele publica seu ensaio *Sobre os vulcões da lua*, onde conserva a hipótese cosmogônica da *Teoria do Céu*. E, em sua *Terceira Crítica*, Kant assume, claramente, que o “[...] idealismo transcendental interdita a cosmologia racional como parte da metafísica: mas ele não suprime a perspectiva cosmológica na investigação em Ciência da natureza” (CLAVIER, 1997, p. 11, tradução nossa).



do mundo e o obriga a formular uma nova imagem de natureza. Essa nova imagem - que suplanta a submissão da natureza à simetria totalizante da Razão e a redimensiona mediante a aplicação do juízo reflexivo como componente de sua apreensão e de sua representação - aparece nas páginas de sua sublime Crítica da Faculdade do Juízo, publicada em 1790.

Eis, de tal modo, as três “proposições primaciais” enlaçadas ternamente: a) *não devemos nos sucumbir ao equívoco de conferir à filosofia kantiana um itinerário uniforme. Essa altiva filosofia – apesar de seu inabalável desejo de sistema e da conformidade a ela pertencente – realiza-se, em seu transcurso, mediante rugosidades;* b) *do mesmo modo, não podemos cair na claudicação de abreviar a “problemática” cosmológica kantiana ao seu escrito de 1755. O motivo cosmológico persiste na extensão de todo empreendimento intelectual de Kant. Por se mostrar pertinaz ao longo de toda a superfície da filosofia kantiana, esse motivo cosmológico acaba por espelhar as rugosidades ingênicas a esta filosofia;* c) *O Curso de “Geografia Física” – ministrado por Kant por quase quarenta anos – não pode ser dissociado do conteúdo e do alcance das duas proposições anteriores. O interesse de Kant pela Geografia sempre foi eminentemente metafísico; filosófico. Ela, a “Geografia Física”, é tanto um produto como, também, uma peça impulsionadora dessa não uniformidade imanente à filosofia e ao motivo cosmológico kantianos. A “Geografia Física” instiga nosso filósofo a redimensionar seu conceito de mundo e a buscar apreender a multiplicidade da natureza para além da simetria totalizante Razão. A “Geografia Física”, por fim, compõe a “experiência estética” que sustenta a nova imagem de natureza aclamada por Kant em sua Crítica da Faculdade do Juízo, datada de 1790.*

## A “GEOGRAFIA FÍSICA” DE KANT: NOTAS SOBRE SUA TRANSMUTAÇÃO DE CURSO EM LIVRO

O que teria levado Kant - considerado, por muitos, como sendo o modelo *ímpar* do filósofo<sup>11</sup> - a auferir autoridade à “Geografia Física”, a ponto de oferecer um Curso dirigido a esta disciplina? Já asseguramos, anteriormente, que desprender os estudos geográficos de Kant de suas intenções filosóficas não passa de um

ato sem préstimo. O interesse de Kant pela “Geografia Física” jamais esteve cingido a uma mera atividade professoral ou a um simples hábito enciclopédico; ao contrário, ele sempre foi fundamentalmente *filosófico*, compondo seu intento *metafísico* e *cosmológico*.

Kant ofereceu Cursos de “Geografia Física” por quase quarenta anos, em Königsberg. Todavia, ele jamais escreveu uma obra designadamente direcionada a esta disciplina. Na verdade, Kant elaborava alguns manuais que eram empregados nas suas aulas de “Geografia Física”. Ele era assíduo leitor de narrativas de viagens, de relatos de expedições científicas, de jornais, revistas, etc. Ou seja, Kant – inegavelmente - possuía um cabedal expressivo de informações geográficas (geodésicas, corográficas, etc.) sobre diversos países. Algumas notas destes manuais elaborados por Kant foram publicadas, em 1802, por um de seus antigos alunos, Thomas Rink. Possivelmente, tais notas – que foram encontradas em dois cadernos – exprimem *conteúdos* e *concepções* expostas por Kant, em seu Curso, já na fase mais derradeira de sua vida.

Aquilatamos ser proeminente (e, ao mesmo tempo, indispensável) ostentar uma exposição mais meticulosa desse processo de transmutação da “Geografia Física” de Kant de Curso em Livro, principalmente para podermos situá-la no bojo da dilatada e infatigável atividade professoral deste eminente e egrégio filósofo.

No outono de 1740, no dia de São Miguel, após frequentar por oito anos o Collegium Fridericianum, Kant foi conduzido à Universidade de Königsberg, onde seguiu os cursos de filosofia, que abarcavam a filosofia propriamente dita e as ciências (PASCAL, 1996; DE QUINCEY, 1989).

Em 1747, com o falecimento de seu pai, Kant vê-se obrigado a abandonar a Universidade, antes mesmo de ter adquirido todos os seus graus acadêmicos. A partir de então, para *ganhar a vida*, ele passa a desempenhar a função de *preceptor* de famílias ricas tanto de Königsberg como de seus arrabaldes. Ele exerceu o cargo de *preceptor* por, aproximadamente, nove anos (PASCAL, 1996).

Kant, próximo dos seus 30 anos, já havia se decidido pelo trabalho na Universidade. Seguindo a tal *ambição*, em 12 de junho de 1755 ele obteve o apetecido título de licenciado junto à Faculdade de Filosofia de Königsberg e, desde então, passou a estar habilitado a abrir um *curso livre* (BOROWSKI, 1993).

11 De Quincey (1989), por exemplo, assevera não existir um único escritor filosófico que possa pretender aproximar-se de Kant na extensão ou na profundidade da influência exercida sobre as mentes dos homens.

Impetrada a habilitação para oferecer  *cursos livres*, Kant encetou suas lições de Lógica (seguindo a Meier), de Metafísica (seguindo, primeiramente, a Baumeister e, posteriormente, a Baumgarten), de Física (seguindo a Eberhard) e de Matemática (seguindo a Wolff) (BOROWSKI, 1993). Em seguida, pôs-se a instruir conferências sobre Direito Natural, sobre Moral, sobre Teologia Natural e, mais tarde, sobre Antropologia e sobre *Geografia Física* (BOROWSKI, 1993).

Kant desempenhou a função de Docente Livre por quatorze anos, sendo seus cursos financiados pelos próprios alunos (PASCAL, 1996). Kant tentou elevar-se ao cargo de catedrático em 1756 e ainda em 1758, mas não auferiu êxito. Em 1767, foi-lhe oferecida a cátedra de *Poética*, mas ele prontamente recusou. Aceitou, no entanto, em 1767, o posto de inspetor na Biblioteca Real, mas abdicou do mesmo em 1772, em razão da amplidão de suas outras atividades, que o impedia de dedicar-se com inteireza à referida função (BOROWSKI, 1993).

Em 1770, com sua célebre “*Dissertação sobre a forma e os princípios do mundo sensível e do mundo inteligível*”, Kant foi designado para a cátedra de *matemática*, que pouco depois ele permutaria pela de lógica e metafísica. Com isso, ele conseguira, finalmente, o posto de professor titular ou ordinário.

Mesmo após ter se estabelecido como docente titular da Universidade de Königsberg, Kant prosseguiu exercendo o ofício de professor por conta própria (isto é, de maneira autônoma) até 1793. Na verdade, para sermos mais exatos, ele manteve suas *lições públicas* até, aproximadamente, o ano de 1797. Aos seus *cursos privados*, Kant renunciou em 1793, porque suas *forças* já estavam escassas para oferecê-los com probidade. Aos que procuravam por seus *cursos*, a partir desta data, Kant indicava os professores Pörschke, Gensichen e o licenciado Jesche (BOROWSKI, 1993).

Desse modo, até o interromper de sua vitalidade, ou seja, até o definhamento de sua eficácia, Kant continuou, ininterruptamente, a ministrar seus cursos. E, para o sobressalto de muitos, não era filosofia que ele ensinava primordialmente. Kant ofertou - ao longo de sua atividade acadêmica (estreada em 1755/56 e rematada em 1796/97) - aproximadamente, 267 *ciclos* de *cursos*, sendo que, destes, 54 foram dedicados à lógica e à metafísica (20,2%); 49 à geografia física (18,4%); 46 à ética (17,2%); 28 à antropologia (10,5%); 24 à física teórica (8,9%); 20 às matemáticas (7,5%); 16 ao direito (6%); 12 à enciclopédia das ciências filosóficas (4,5%); 11 à pedagogia (4,1%); 04 à mecânica (1,6%); 02 à mineralogia (0,7%) e 01 à teologia (0,4%).

Notamos que a “*Geografia Física*” foi, ao longo da atividade acadêmica de Kant, a segunda disciplina

mais lecionada, exatamente depois da lógica e da metafísica. Isentando a inegável e irrefragável importância quantitativa desta ciência no total dos cursos por ele administrados, Kant foi, ainda, “[...] o primeiro filósofo a introduzir esta disciplina à Universidade antes mesmo que a primeira *cadeira* de Geografia fosse criada por Karl Ritter, em Berlim, em 1820” (COHEN-HALIMI, 1999, p. 11, tradução nossa).

Isso não significa, em hipótese alguma, que antes de Kant esta disciplina não fosse ensinada em território europeu. No entanto, nenhum filósofo havia se interessado pela geografia como Kant “[...] a ponto de ensinar e de redigir um manual a este fim” (COHEN-HALIMI, 1999, p. 11, tradução nossa).

Não havia, de fato, nenhum manual que pudesse servir-lhe como referência e:

[...] por isso ele redigiu a *Geografia Física*, e este fato é tanto mais notável que na época, ele era estritamente proibido de professar um curso em seu próprio nome, cada professor devia se conformar a um manual oficialmente reconhecido. A exceção da *Geografia Física* fez assim o objeto de um decreto de von Zedlitz, de 16 de outubro de 1778, pelo qual Kant era autorizado a ensinar esta disciplina segundo suas notas, conforme as suas notas ou ainda segundo as suas próprias notas (COHEN-HALIMI, 1999, p. 11, tradução nossa).

Esse *manuscrito*, elaborado por Kant e empregado como referência às suas aulas de “*Geografia Física*”, acrescido por notas tomadas por seus estudantes durante os cursos, apareceu só tardiamente, em 1802, sendo que sua edição ficou sob o encargo de Thomas Rink, um antigo aluno especialmente selecionado por Kant para a publicação do que viria a se tornar um livro.

O caráter tardio de sua publicação permite-nos entender a razão que leva Cohen-Halimi (1999 p. 10, tradução nossa) a concluir que “[...] de fato, o Curso de *Geografia Física* acompanha por assim dizer clandestinamente todo o percurso filosófico de Kant [...]”. Destarte, apesar desta deste mistifório entre o manuscrito de Kant e as notas adicionadas por seus alunos ouvintes, algumas pesquisas filológicas (como a de E. Adickes) “[...] permitem ter o *Curso de Geografia* como uma obra kantiana autêntica [...]” (COHEN-HALIMI, 1999, p. 9, tradução nossa). Isso porque seu conteúdo espelha um curso concebido e professorado por Kant e, por mais que esta seja uma obra reconstituída a partir do acréscimo de notas tomadas por estudantes, ela é considerada como parte integrante da herança intelectual kantiana.

## A GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA FÍSICA EM KANT: APONTAMENTOS CONCEITUAIS

O livro “*Geografia Física*”<sup>12</sup> é iniciado com uma “Introdução” à Descrição física da Terra. Trata-se, este, de um momento em que Kant – entre outros assuntos – *prende sua atenção* em exibir uma *definição* de *geografia (física)*.

Kant, primeiramente, define a *geografia (física)* como sendo uma *propedêutica do conhecimento do mundo*. E o mundo, para ele, significa a totalidade (o *solo* sobre o qual nossos conhecimentos são adquiridos e aplicados), que, por sua vez, é a condição *sine qua non* para a representação do homem e da natureza enquanto um sistema.

O *desejo de sistema* submete, para Kant, os estudos geográficos. Desse modo, em sua acepção, o escopo arquitetônico subjuga o *conhecimento do mundo*. É essa *pretensão arquitetônica (sistêmica)* que funda esta ciência, fazendo-a tratar o múltiplo como sendo derivado do todo. É por essa razão que ele define a *geografia (física)* como sendo uma descrição da Terra inteira, ou, o *conhecimento do mundo* (KANT, 1999).

É importante grifar que, para Kant, a *geografia (física)* seria a única ciência apta a descrever a superfície da Terra em sua totalidade, isto é, a descrever e representar a natureza enquanto um sistema. Desse modo, Kant afirma ser a *geografia (física)* uma *descrição raciocinada de tudo o que é visível à superfície terrestre*. Para ele, portanto, a *geografia (física)* não seria uma mera descrição, mas uma descrição associada “[...] às causas imediatas dos efeitos da superfície que ela descreve” (MARCUSZ, 1999, p. 45, tradução nossa). Por isso, a *geografia (física)* seria um *inventário raciocinado dos quadros do mundo*, ou então, uma *descrição raciocinada* da superfície da Terra.

Kant (1999, p. 68, tradução nossa) também se preocupa, nesse cometimento conceitual, em “[...] designar a todos os conhecimentos o lugar que lhe é próprio”. E, no que tange ao ordenamento dos conhecimentos *empíricos*, estes só podem ser alocados seja sob conceitos, seja segundo o tempo e o espaço onde os encontramos realmente (KANT, 1999). A divisão dos conhecimentos segundo conceitos, Kant denomina de *divisão (classificação) lógica*; já a divisão que é feita segundo o *tempo* e o *espaço*, ele designa de *divisão (classificação) física*. Pela primeira, diz ele, “[...] obtemos

um *sistema da natureza* [...] como por exemplo [...] o de Linneu, pela segunda [...] uma *descrição geográfica da natureza*” (KANT, 1999, p. 67-68, tradução nossa).

A *classificação física* (que se opõe à *classificação lógica*) se demonstraria – para Kant – *segundo o tempo* (história) e *segundo o espaço* (geografia). Dessa maneira, tanto a história como a geografia seriam conhecimentos históricos; porém, a primeira seria uma narração e a segunda uma descrição (KANT, 1999). Nesses termos, a geografia buscaria, portanto, descrever o lugar das coisas sobre a superfície da Terra, propondo uma *divisão física* dos fenômenos distribuídos sobre a Terra e não uma *divisão lógica* no sentido de Linneu (que pretendia, essencialmente, classificar as coisas mediante suas *semelhanças* ou *dessemelhanças*). A *descrição geográfica*, deste modo, espelharia o *teatro da natureza*, a “[...] Terra em si mesma e as regiões onde se acham realmente as coisas [...]” (KANT, 1999, p. 69, tradução nossa).

Contudo, surge, nesse momento, uma indagação relevante: qual o atributo que não comparece na *classificação lógica* e que, ao mesmo tempo, concede especificidade à *classificação física*? Diz o filósofo de Königsberg: é o espaço que é negligenciado na *classificação lógica* e é este atributo que fornece a especificidade (e a fertilidade) da *classificação física*. Desse modo, para Kant, o espaço outorga à *classificação física* o atributo de *fazer ver os conteúdos da empiricidade* do mundo e da natureza.

É justamente essa *espacialidade* da superfície da Terra, ou seja, essa *empiricidade* distribuída (e ordenada) espacialmente, que uma mera *divisão conceitual* não consegue alcançar e representar. Essa qualidade atinente à *classificação física* nos aclara, assim acreditamos, as razões que encaminharam Kant à geografia. Esta disciplina lhe concedia a possibilidade de representar o mundo como um sistema, ou então, de representar a *natureza teleologicamente organizada*.

Após desunir a geografia das classificações lógicas (distinguindo a *divisão lógica* da *divisão física*), Kant busca discriminá-la da história (demonstrando a diferença entre uma *divisão física segundo o tempo* e uma *divisão física segundo o espaço*). E o elemento *discriminante* primordial, mais uma vez, é o espaço; é ele que especifica o estudo geográfico face ao exame histórico. Seguindo a esta acepção, Kant assevera que “[...] a história como a geografia podem ser chamadas todas duas uma descrição, com esta diferença [...] que a

<sup>12</sup> Essa obra se encontra no tomo IX da edição das obras de Kant realizada pela Academia de Ciências da Prússia (1902), Berlim, Walter de Gruyter, 1968 (KANT, 1999).



primeira é uma descrição segundo o tempo e a segunda uma descrição segundo o *espaço* [...]” (KANT, 1999, p. 69, tradução nossa).

Nesse âmbito, para Kant, tanto a história como a geografia “[...] alargam pois o campo de nossos conhecimentos do ponto de vista do tempo e do espaço” (KANT, 1999, p. 69, tradução nossa). Entretanto, a história “[...] diz respeito aos eventos que são desenrolados *uns após os outros* do ponto de vista do tempo [...]” (KANT, 1999, p. 69, tradução nossa), ao passo que a geografia “[...] diz respeito aos fenômenos que se produzem *ao mesmo tempo* do ponto de vista do espaço [...]” (KANT, p. 70, tradução nossa). Todavia, de acordo com os objetos que ela trata, a geografia, na concepção de Kant, toma diferentes nomes: *geografia física*, *geografia matemática*, *geografia política*, *geografia moral*, *geografia teológica*, *geografia literária* ou *geografia de mercado*.

Apoiando-se em tais assertivas, Kant chega à sua ilação principal: “[...] A história é uma narrativa enquanto que a geografia é uma descrição. Por conseguinte, *nós podemos bem ter uma descrição da natureza, mas, não uma história da natureza*” (KANT, 1999, p. 70, tradução nossa). E nosso filósofo emenda: “A geografia e a história preenchem a totalidade (IX, 163) do campo de nossos conhecimentos: a geografia, o do espaço, e a história, o do tempo” (KANT, 1999, p. 72, tradução nossa).

Eis, então, a geografia desprendida da história e, conseqüentemente, da *história natural*, sobretudo, da de Buffon. E o responsável por esta emancipação, é o espaço, que permitiu a separação da geografia dos sistemas lógicos, como o de Linneu, que visava a classificação da natureza, segundo uma ordem fundamentada na teologia natural. O próprio Kant assevera que: “É pois somente do ponto de vista do espaço e do tempo que a história (*Historie*) difere da geografia” (KANT, 1999, p. 70, tradução nossa).

Essa descoberta da natureza na superfície da Terra exigiu uma nova lógica, uma nova linguagem, novos símbolos e enfim, uma nova metáfora para a natureza e seus processos. Há uma desteleologização da natureza pelos estudos científicos. Esse é o momento em que ocorre a emancipação da geografia física moderna. Segundo Büttner (1975):

Kant joints the debate by making clear with inexorable poignancy (in doing so he goes decisively further than his teacher Wolff) that geography can help neither to prove the existence of God nor furnish proof against his existence (as the advocates of the French Enlightenment especially tried to do). Geography is theologically

neutral (BÜTTNER, 1975, p.239).

Nesse sentido, para Kant, a geografia apresentava-se como uma ciência dotada de uma *fecundidade* única, pois, por ser discriminada da *divisão lógica*, ela se revelava em condições de representar a *empiricidade* real da superfície da Terra (ou os *quadros do mundo*); ao passo que, por ser desunida da história natural de Buffon, essa ciência mostrava-se capaz de *espelhar a sistematicidade* da natureza organizada (ou seja, sua *teleologia*). E é encostado nessas considerações que Kant se sente à vontade para lançar sua concepção mais límpida (e exata) de geografia: ela é uma descrição segundo o espaço (KANT, 1999).

### “GEOGRAFIA FÍSICA”, COSMOLOGIA E ESTÉTICA EM KANT: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Incontestavelmente, o que concebemos por *geografia moderna* (e, logo, *científica*) é um *corpo de saberes* resultante de problemas filosóficos. Essa assertiva – aparentemente tão *prosaica* – pode conduzir-nos a conseqüências deveras ressaltantes, caso nos coloquemos a perscrutar a gênese epistemológica da ciência geográfica.

A história da ciência geográfica, vezes sem conta, nos é narrada como uma sucessão unidimensional de biografias de algumas ilustres personalidades. Se nos perdermos – ocasionalmente – nestes sedutores fragmentos biográficos, acabamos por deslembrarmos que a *geografia moderna* (e *científica*) insurge em meio a um projeto de explicação do mundo. Ou seja, ela nasce de um pacto para se explicar e construir o mundo.

E, dentro deste pacto, a geografia concede à Modernidade um projeto de construção da “superfície da Terra”, isto é, ela empiriza a *invenção do mundo*, via *invenção* do que é a “superfície da Terra”. Logo, permitindo essa construção metafísica da “superfície da Terra”, ou seja, concedendo um atributo científico à validação do empírico da Modernidade, a *geografia moderna* (e *científica*) declara-se como uma derivação direta de problemas eminentemente filosóficos, ou, então, como produto de um projeto da Razão humana.

Nessa peregrinação da geografia pela Modernidade, Bernhard Varenius (1621-1650) exercera a tarefa de tentar formatar, numa linguagem geográfica, a física de René Descartes (1596-1650). Kant – que

foi um leitor atento dos escritos de Varenius – parece entregar-se a um procedimento similar; entretanto, ao invés da física cartesiana, ele busca *geografizar* a física de Isaac Newton (1642-1727). Newton, aliás, foi quem oficializou a noção de espaço, fazendo de seu caráter absoluto o sustentáculo da imutabilidade da natureza, mediante sua lei da inércia (NEWTON, 2008).

Newton foi, inegavelmente, um modelo a Kant durante boa parte de sua laboração intelectual. Sua *Crítica da Razão Pura* (1781), por exemplo, exala newtonianismo, ao fazer da metodologia empregada pelo filósofo inglês um verdadeiro cânone da Razão. Kant chega, por vezes, a ser mais newtoniano que o próprio Newton!

Não por acaso, julgando a pertinência das críticas dirigidas por Leibniz (via Clarke) a Newton – acusando o newtonianismo de não possuir uma fundamentação metafísica – Kant escreveu seus *Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza* em 1786 (KANT, 1990) justamente para balizar, filosófica e metafisicamente a física de Newton.

Mais do que nunca, Kant, nessa sublime obra, assume o newtonianismo como uma *metodologia* e, com sua sagacidade impar, praticamente autoriza a existência de uma “ciência da natureza”. A *Crítica da Razão Pura* (KANT, 1982) e os *Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza* (KANT, 1990) são essencialmente newtonianos, estando estritamente sustentados na matemática e na geometria de Newton.

Kant chega assim, em meados de 1780, com um aporte newtoniano sólido e inabalável. Sua concepção de espaço, em linhas gerais, alinhava-se com o *espaço absoluto* newtoniano. Kant apenas transfere o resguardo de sua *universalidade* num *a priori* da *sensibilidade*. Sua ideia de *natureza* escorava-se na tese da *imutabilidade* da natureza de base newtoniana, cimentada pela *lei da inércia*. A *natureza*, assim concebida, ficava num estado de subserviência ao *universalismo* do *entendimento*.

Chegamos a um ponto em que tudo parecia resolvido a Kant! Pois, segundo o próprio *filósofo de Königsberg*, a “reflexão racional” se exerce em dois domínios: o **teórico** e o **prático-moral**. Em suas duas primeiras *Críticas*, Kant havia lançado – de modo bastante radical – *novos fundamentos da experiência*, quer de um ponto de vista estritamente teórico, quer do ponto de vista da teoria moral. Definindo os limites em que o saber teórico ou o prático podem e devem se desenvolver, o programa crítico kantiano parecia ter chegado ao fim (MARQUES, 1998).

Eis, então, que o velho Kant, já no anoitecer de sua vida, ousa revolucionar sua própria filosofia e decide publicar sua *Crítica da Faculdade do Juízo*, no

ano de 1790 (KANT, 1985). Não teriam, já, as *Críticas* precedentes tratado do uso *prático* e *teórico* da razão? Por que, então, uma Terceira Crítica? O que teria ficado *em aberto* em suas outras *Críticas*?

Kant formulou a *Terceira Crítica* em razão de algumas lacunas por ele sentidas. Lacunas estas não simplesmente deixadas por alguma incompletude iminente às *Críticas* anteriores, mas *ingênit*as à completude (e às necessidades) de um sistema do qual elas faziam parte. E quem despertou nosso sublime filósofo para o reconhecimento de tais lacunas foi a “natureza” (MARQUES, 1998).

Essa re-significação – derramada na *Terceira Crítica* – coincide com o momento em que Kant passa a questionar o paradigma geométrico-matemático newtoniano. O próprio Kant reconhece que, na *Crítica da Razão Pura*, ele abordou a “natureza” tão-somente partir do que o entendimento prescrevia *a priori* como lei para ela, isto é, enquanto um complexo de fenômenos (cuja forma é dada igualmente *a priori*). A “natureza” parecia esvaída frente a esse poder simétrico da Razão todo-poderosa!

Dessa maneira, como já asseveramos antes, as noções de espaço e de natureza, defendidas por Kant até 1790, espelhavam a tese da imutabilidade da natureza, austeramente amparada na *lei da inércia* de Newton. Mas como esse *espaço a priori* (universal) e essa natureza (imutável) poderiam se enlaçar com o empírico, com a multiplicidade fenomênica? Se a natureza é universal, por que ela se manifesta enquanto multiplicidade? Como pode ser diferente o que é universal?

A *Crítica da Faculdade do Juízo* (KANT, 1995) busca responder a tais indagações. E, para levar a efeito tal empresa, o velho Kant vai regressar a Leibniz e à sua concepção dinâmica de natureza. Ele vai retomar, do mesmo Leibniz, a ideia de espaço como “coexistência entre seres/entes”, rompendo com sua universalidade e necessidade *apriorística*. Do mesmo modo, ele regressa a Platão e retoma deste o conceito de *forma*. Como resultado dessa revolução, ele formula a noção de *juízo*.

E a noção de *juízo* vem justamente tentar aproximar os domínios da natureza e da liberdade; e isso leva – em Kant – a um *interesse renovado pela própria natureza*. Desse modo, na *Crítica do Juízo*, Kant busca restaurar a *imagem da natureza* resultante da *Crítica da Razão Pura*. Sua *Terceira Crítica* vem, precisamente, exhibir um novo modelo de inteligibilidade da natureza.

Essa nova imagem de “natureza” é fabricada em meio às preocupações de Kant em redefinir a própria relação entre o particular e o universal. Para apreender a *particularidade do particular* e para produzir uma re-



apresentação da “natureza” em sua materialidade fenomênica, Kant lança mão das noções de *conformidade a fins*, *juízo reflexivo*, *juízo estético* e *juízo teleológico*. Eis uma sensível fenda aberta em direção à *representação da plasticidade* da “natureza”.

A noção de *conformidade a fins* vai exercer forte influência em J.W. Goethe (1749-1832), sobretudo em sua noção de morfologia; e em Alexander von Humboldt (1769-1859), especialmente em sua ideia de conexão entre os diferentes elementos da natureza. Kant, portanto, é – indiscutivelmente – uma fonte de onde deságuam os pilares para a edificação epistemológica da geografia em sua conotação moderna (VITTE; SILVEIRA, 2008).

Nas páginas de sua *Crítica do Juízo*, Kant concede o primeiro passo em direção da possibilidade de encontrar o universal no singular mediante a “experiência estética”. Kant, na verdade, inventa a estética moderna! Schiller (1759-1805) – que produz uma verdadeira reconstrução da filosofia kantiana – leva ao extremo o uso da “experiência estética”, especialmente com sua noção de “impulso lúdico”. Goethe, nos voos

de sua genialidade, concebe a ciência como um modo de experimentar o *belo*. Humboldt – amigo de Schiller e de Goethe – escreve seus “*Quadros da Natureza*” (HUMBOLDT, 1953) justamente como tentativa de fazer ciência como uma “experiência estética”. Entretanto, ele vai além, e funda a representação da espacialidade da natureza.

Nesse cenário aqui singelamente desenhado, resta-nos uma última indagação: o que teria despertado Kant para a *heterogeneidade* e à *empiricidade* da “natureza”? O que teria chamado sua atenção para as formas diversas da natureza, para suas particularidades e para suas *conformidades a fins*? O que o teria empurrado a formular um novo modelo de inteligibilidade da “natureza”?

Longe de se apegar a uma única causa para esse despertar, ou, então, para essa verdadeira revolução operada por Kant no findar de seu empreendimento filosófico, não hesitamos em afiançar que seu “Curso de *Geografia Física*” serviu como uma das *forças geratrizes* para tão profícua e sublime reinvenção!

## REFERÊNCIAS

- BOROWSKI, Ludwig Ernst. *Relato de la vida y el carácter de Immanuel Kant*. Madri: Tecnos, 1993.
- BURTT, Edwin Arthur. *As bases metafísicas da ciência moderna*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.
- BUTTNER, M. Kant and the Physico-Theological Considerations of the Geographical Facts. *Organon*, 11, p. 231-249, 1975.
- CLAVIER, Paul. *Kant. Les idées cosmologiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- COHEN-HALIMI, Michèle. Le Géographe de Königsberg. In: KANT, Immanuel. *Géographie. Physische Geographie*. Paris: Aubier, 1999. p. 9-40.
- DE QUINCEY, Thomas. *Os últimos dias de Immanuel Kant*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- HUMBOLDT, Alexander von. *Quadros da Natureza*. São Paulo: W.M. Jackson Inc., 2 v., 1953.
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Primeiros Princípios Metafísica da Ciência da Natureza*. Lisboa: Edições 70, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Crítica da Faculdade de Julgar*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- KANT, Immanuel. *Géographie. Physische Geographie*. Paris: Aubier, 1999.
- KANT, Immanuel. *Histoire Générale de la Nature et Théorie du Ciel*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1984.
- MARCUZZI, Max. La “Géographie Kantienne”: délimitation de la discipline. In: KANT, Immanuel. *Géographie. Physische Geographie*. Paris: Aubier, 1999.
- MARQUES, Antonio. A Terceira Crítica como culminação da filosofia transcendental kantiana. In: KANT, Immanuel. *Crítica da Faculdade do Juízo*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1998.
- PASCAL, Georges. *O pensamento de Kant*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.
- SCHILLER, Friedrich. *A educação estética do homem*. Numa série de cartas. São Paulo: Iluminuras, 1989.
- SILVEIRA, Roberison W. D. da. *As influências da filosofia kantiana e do movimento romântico na gênese da geografia moderna: os conceitos de espaço, natureza e morfologia em Alexander von Humboldt*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Campinas, 2008.
- VITTE, Antonio C. A geografia física: da conformidade-a-fins à paisagem. *Caderno Prudentino de Geografia*, n. 30, ano 2008. (no prelo).

